



17. AGO. 1977



BLUMENAU EM CADERNOS



TOMO XVIII — No. 7

Julho de 1977

CANTO DOS COOPERADORES

A Fundação "Casa Dr. Blumenau" torna público o seu sincero agradecimento pelo generoso apoio financeiro, de estímulo à publicação desta Revista, recebido de:

Artur Fouquet - Blumenau
Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos - Blumenau
Cia. Comercial Schrader S/A. - Blumenau
Companhia Industrial Schlösser S/A. - Brusque
Companhia Souza Cruz Indústria e Comércio - Blumenau
Conrado Ildefonso Sauer - Rio de Janeiro
Consulado Alemão - Blumenau
Dr. Werner Klein - Cirurgião Dentista - Blumenau
Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A. - Blumenau
Elmar Seidelmann - Blumenau
Electro Aço Altona S/A. - Blumenau
Fritz Kuehnrich - Blumenau
Fundação Teófilo Zadrozny - Blumenau
Georg Traeger - Blumenau
Indústria Têxtil Companhia Hering - Blumenau
João Felix Hauer - Curitiba
Lojas NM Comércio e Ind. Ltda. - Itoupava Seca - Blumenau
Lindner, Herwig, Shimizu - Arquitetos - Blumenau
Madeireira Odebrecht Ltda. - Blumenau
Malharia Blumenau S/A. - Blumenau
Malharia Maju S/A. - Blumenau
Moellmann Comercial S/A. - Blumenau
Relojoaria e Ótica Schwabe Ltda. - Blumenau
Sul Fabril S. A. - Malharia e Confecções - Blumenau
Tipografia Baumgarten Ltda. - Itoupava Seca - Blumenau
Tabacos Brasileiros Ltda. - Blumenau
TEKA - Tecelagem Kuehnrich S/A. - Blumenau
Tipografia Centenário Ltda. - Blumenau
Transportadora Blumenauense Ltda. - Blumenau
Buschle & Lepper S. A. - Indústria e Comércio
Garden Terrace Hotel
Casa Flamingo Ltda.
Banco do Estado de São Paulo S. A. - Banespa
Imobiliária "DL" Ltda.
Casa de Móveis Rossmark S. A.

BLUMENAU EM CADERNOS

TOMO XVIII

JULHO DE 1977

Nº 7

— S U M Á R I O —

	Página
Genealogia - Os Colonizadores do Vale do Itajaí	206
Estante Catarinense	213
A Devolução pelos Espanhois da Ilha de Santa Catarina	215
Museu: Exigência social	219
A nossa Biblioteca está com 57 mil volumes catalogados	222
Indústrias de rifas e sorteios	220
Figuras do Passado	221
Politica e Politicos de antanho	223
Clima Regional da Ilha de Sta. Catarina	225
A evolução do ensino em Blumenau em 27 anos	227
A origem da denominação da localidade de Diamante	228
Subsídios à Crônica de Blumenau	230
O Dia do Imigrante	233
"Minha estada na Colônia Da. Francisca"	234
A opinião dos que nos visitam	236

BLUMENAU EM CADERNOS

Fundação de J. Ferreira da Silva

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina

Propriedade da FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU

IMPRESSO EM OFICINAS PRÓPRIAS

Direção: Honorato Tomelin

ASSINATURA POR TOMO (12 NÚMEROS) Cr\$ 30,00

Número avulso Cr\$ 3,00 -- Atrasado Cr\$ 5,00

Assinaturas para o exterior Cr\$ 30,00 mais o porte Cr\$ 100,00 total Cr\$ 130,00

Alameda Duque de Caxias, 6 - Caixa Postal, 425 - Fone: 22-1711

89.100 - B L U M E N A U S A N T A C A T A R I N A — B R A S I L

GENEALOGIA

— JEAN R. RUL —

Os Colonizadores do Vale do Itajaí

A colonização do nosso Vale mereceu sempre dos historiadores catarinenses uma atenção toda especial e os trabalhos publicados sobre o assunto provam, pela minúcia dos detalhes, que a matéria tem sido exaustivamente estudada.

"Bumenau em Cadernos" vem publicando, desde 1957, tudo o que tem sido escrito sobre a colonização do Vale do Itajaí e, infelizmente, não podemos, agora, transcrever novamente estes textos, tão interessantes, apesar de sabermos que muitos dos nossos leitores não tenham tomado conhecimento destes trabalhos — alguns publicados há quase 20 anos — e ignorem portanto os fatos que concorreram para que as margens do nosso rio Itajaí e de seus tributários fossem povoados.

Para esclarecer melhor o assunto, apresentaremos um resumo da lei nr. 11 de 1835, dos motivos que levaram o governo a promulgá-la e das consequências decisivas que ela teve na colonização do Vale do Itajaí. Antes disto, porém, vamos retroceder meia duzia de anos.

Primeira colonização alemã em Santa Catarina

Por iniciativa do governo, tinha sido fundada a 1º de março de 1829 a Colônia de São Pedro de Alcântara, com 146 famílias de

imigrantes alemães, chegados a Desterro em novembro de 1823, com um total de 635 pessoas, inclusive soldados mercenários desmobilizados.

Localizada em terreno montanhoso, cheio de pedras, pouco indicado para a agricultura, foi esta Colônia uma amarga decepção para os primeiros imigrantes germânicos de Santa Catarina, pois não havia condições para ali desenvolver uma lavoura do tipo que conheciam na sua pátria de origem.

Agostinho Alves Ramos, morador de Itajaí, deputado provincial, major da guarda nacional, conhecendo a fertilidade das terras deste Vale, então inexploradas, e, sabedor da existência em São Pedro de Alcântara destes colonos alemães, descontentes com suas terras, se deu conta da grande oportunidade que se apresentava, não só de ajudar aquela gente dando-lhes terras, porém e principalmente, aproveitá-los para dar início à exploração agrícola do Vale, em benefício de Itajaí e de toda a região.

A Lei que abriu a Porta do Vale

Agostinho foi sem dúvida um homem de visão e ele conseguiu, felizmente, convencer o Governo Provincial a baixar a lei nr. 11 de 5 de maio de 1835, da qual reprodizimos, na íntegra, os dois

artigos iniciais e um resumo dos 9 seguintes. (para texto completo, vide Blumenau em Cadernos T. I. (1958) pg. 131).

Art. 1º — Nos rios Itajahy e Itajahy Meri (Mirim), da freguezia do Santissimo Sacramento (Itajaí), se estabelecerão duas Colônias, cada uma com dous (dois) Arraiaes.

Art. 2º — Nos lugares denominados Pocinho e Taboleiro, a-
quelle no Itajahy Grande (Açú) e este no Itajahy Meri, se situarão os dous primeiros Arraiaes. Os dous últimos, no caso de progredirem as Colônias, deverão ser, hum nas nascentes do Ribeirão da Conceição, braco deste último, e o outro no alto d'aquelle, no lugar do Belchior ou mais acima, em sitio tal, que ambas as margens possão (possam) ser habitadas.

Os artigos 3º a 11º se referem à nacionalidade dos colonos que podiam ser brasileiros ou estrangeiros; o tamanho das "sortes" a serem concedidas: 200 braças para solteiro, 300 para casado, 400 para casado com mais de 3 filhos, todas com 500 braças de fundos; a obrigação de demarcação em prazo de 5 anos, a obrigação de início de cultura em 6 meses, sob pena de serem as "sortes" consideradas vagas; a perda do direito à "sorte" se o colono a abandonar por 3 anos consecutivos e a proibição de venda antes de passados 10 anos da data da concessão, reserva de terras para construção da sede da vila e dos logradoures públicos; os direitos dos posseiros já estabelecidos; enfim, isenção por 10 anos de qualquer imposição aos colonos.

Jacinto A. de Mattos informa os resultados

Pouco se sabe das consequências imediatas desta lei. A primeira referência se encontra em "A Colonização do Estado de S. Catarina", obra editada em Florianópolis, em 1917, de autoria de Jacinto Antonio de Mattos, a maior autoridade no assunto.

Referindo-se aos Arraiais do Itajaí Açú, diz ele que, devido às incursões dos selvícolas, os colonos fugiram abandonando suas terras, a tal ponto que, em 1837, permaneciam ali apenas 2 nacionais e 6 estrangeiros. (Não esclarece se estes números se referem a pessoas ou famílias). Pena que ninguém diz quantos colonos nacionais e estrangeiros estavam ocupando os arraiais antes das incursões dos bugres.

Acrescenta Mattos que, no ano seguinte — 1838 portanto — com o estabelecimento de um posto de pedestres (soldados a pé), os colonos foram voltando, de maneira que, dois anos depois — seria então 1839 — os arraiais de Belchior e do Pocinho já contavam 47 famílias brasileiras e 17 estrangeiras, totalizando 141 pessoas. Parece que 30 eram casados.

Lucas A. Boiteux complementa

Outro grande historiador, o Almirante Lucas Alexandre Boiteux (vide Blum, em Cad. T. IV (1961) pg. 84) ao se referir ao facto, baseado em documento da Câmara de Porto Belo, onde, inclusive, assinala divergência de anos, cita o seguinte: "Estando abandonado o arraial de Belchior, no Itajahy, mandou o governo para lá, em 1843 (aqui há uma

divergência de data, com relação ao officio da Câmara de Porto Belo, já referido, datado de 18 de abril de 1846, em que diz ser 1845) um destacamento de pedestres com o fim de proteger os seus poucos habitantes da fúria dos selvícolas. Para director foi nomeado o major Henrique Etur que, com incansável dedicação deu grande movimento ao povoado".

Escreve ainda Boiteux, referindo-se a Henrique Etur, como um dos primeiros habitantes de Itajaí: "Em 1836 era tenente, morava em Itajaí e era proprietário de uma lancha. Foi comandante militar do batalhão de milicias de Porto Belo em 1842. Como maior esteve à testa da Colônia de Itajaí". (Blum. em Cad. T. I. de 1958 pg. 51).

Assim, conforme Mattos, em 1837 os colonos tinham abandonado suas terras porém regressaram em 1839, enquanto que, conforme Boiteux, em 1843 Belchior estava abandonado o que tornou necessário, para proteger os seus poucos habitantes, o envio de um destacamento de pedestres.

Os bugres não gostaram da Lei

Um dos dois estaria errado? Não, ambos estão certos! A data de 1837 é aquela à qual o presidente da província, na sua fala annual, se refere, em 1839, enquanto que o ano de 1843 (ou 1845?) consta em officio da Câmara de Porto Belo. Portanto duas datas incontestáveis e, por conseguinte, dois fatos distintos, pelos quais ficamos sabendo que os bueres incomodaram muito mais do que parece à primeira vista e que não foi apenas uma incursão à toa em

1837 de alguns selvícolas que fizeram correr uns colonos ame-drontados.

Durante um mínimo de 6 anos — se não fôr 8 — quer dizer, de 1837 a 1843, ou 1845, os selvícolas devem ter defendido suas terras, passo a passo na sua "guerrilha" contra o invasor branco, não lhe dando nenhuma trégua e quase vencendo a luta, não fosse a nomeação de Henrique Etur.

O governo provincial procurou abafar este problema do bugre, por motivos óbvios: não desencorajar a vinda de novos colonos — e é por isto que nada se encontra registrado em documentos officiais, fora a notícia tranquilizadora de 1839, transmitida na fala do Presidente. Os pedestres não parecem ter sido muito efficientes e, como escreve o Prof. José Ferreira da Silva, eles estavam mais occupados a cultivar suas proprias plantações do que dispostos a defender a coletividade. (Blum. em Cad. T. II., pg. 63).

Primeiros Alemães em Itajaí

Temos assim a explicação da morosidade com que se processou o povoamento do Vale e a razão de ter sido tão pequeno o número de alemães que nos primeiros dez ou quinze anos se têm arriscado a vir para cá. Os que vieram e fugiram devem ter ficado em Itajaí ou nos arredores immediatos — sabemos de duas familias que voltaram temporariamente a São Pedro de Alcântara — alguns a título provisório até voltar a segurança dos arraiais, outros definitivamente, desistindo da agricultura para se dedicar ao comércio ou a algum officio aprendido an-

teriormente ou improvisado. Da-lí a origem dos primeiros alemães de Itajaí.

Definidos os motivos, a época e as dificuldades da colonização, falta apenas saber quem eram os primeiros colonizadores. Sem dúvida, os nacionais eram moradores de Itajaí e da costa norte ou sul desta cidade. Além disto vieram alguns açorianos para desafogar Desterro, considerada superpovoada! E os principais foram os alemães de São Pedro de Alcântara. Como, por enquanto, temos pesquisado especialmente estes, será aos alemães e aos estrangeiros em geral que nos referiremos para começar este estudo.

A primeira referência encontramos no trabalho do Almirante Lucas A. Boiteux, "Itajaí, de Fazenda à Cidade", publicado em Blum. em Cad. T. I. pg 128, em que se refere a uma carta endereçada pelo Major Agostinho Alves Ramos ao Presidente da província, em 2 de outubro de 1835, pela qual este informava que, a 24 de setembro, um colono alemão subindo o rio da Conceição, dentro das terras de sua propriedade, avistara muito perto um selvagem, que fugira ao ouvir o cantar dos escravos que tripulavam uma canoa.

Assim em setembro de 1835, este colono alemão, do qual o nome não foi citado, já era proprietário de terras no Itajaí Mirim e isto 4 meses apenas após a data da lei nr. 11. Podemos adiantar que não se tratava de Pedro José Werner, pois este nasceu em 1822 e tinha apenas 13 anos, nem de Pedro ou Mathias Palm, pois estes nascidos em 1817 e 1823 respecti-

vamente, também não tinham idade e se estabeleceram no Itajaí Mirim somente em 1844 ou em 1845.

Van Lede diz o que viu em 1842

Uma testemunha ocular, no seu minucioso relato, foi Charles Van Lede, engenheiro belga, que explorou os dois rios em 1842 a procura de um local para estabelecer uma colônia, que, finalmente fixou em Ilhota. (Blum. em Cad. T. II pg. 41 e T. VIII pg. 181). Ao subir o Itajaí até o Salto, ele cita apenas 5 moradores pelo nome: 1) Henrique Flores, em Pocinho, cuja propriedade acompanha o rio por duas léguas e meia. 2) Nicolau, colono alemão, 1 hora e 8 minutos após a ilha de Gaspar e 35 minutos após uma colônia alemã e 16 minutos antes da "Pedra de Amolar de Cima" (Nicolau Deschamps). 3) pouco depois da Ilha Belchior: o inspetor Almeida — inspetor provincial José Gomes de Almeida — 4) na região do capim volta, a habitação abandonada de Jacinto Miranda. Na viagem de regresso: 5) Dom Luiz Alves, que deu seu nome ao rio e que morava na confluência daquele rio com o Itajaí Açú.

Ao explorar o Itajaí Mirim, Van Lede fala no Coronel Agostinho Alves Ramos, dono de uma fazenda na confluência do Itajaí Mirim com o rio Conceição. Na última casa encontrada no Itajaí Mirim, residia Manoel Custodio, seu proprietário, com engenho de farinha de mandioca. No dia seguinte, ele foi até o Taboleiro, onde não havia mais nenhum morador.

Oswaldo Cabral encontrou valioso documento

Blum. em Cad. (T. I, pg. 68), publicou um trabalho do Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral, girando em torno de um documento datado de 1842, encontrado por este grande historiador, o qual se refere a distribuição de terras desde o lugar chamado Pocinho até a "Itaupava". Citando em primeiro lugar os confrontantes, quer dizer aqueles que já eram donos de terras em 1842, termina Cabral, com a relação do beneficiados, com a respectiva localização e tamanho do terreno, data da entrega e, em alguns casos mais algumas informações.

O número de proprietários de terras em 1842 já era bastante grande porém vamos analisar apenas cinco nomes que são de estrangeiros, não sendo por isto necessariamente alemães, pois destes só tem 3. Há um uruguaio e um francês para completar o grupo de 5.

No Estaleiro das Naus do Pocinho, residia Benigno Lopes Monçam. É ele o uruguaio, natural de Paisandú. Veio para Desterro entre 1814 e 1818 com os pais, Félix Lopes, o relojoeiro, natural de Biscaia, na Espanha e Juliana Monção (Monzon, Monseau?) natural de Paisandú e com 5 irmãos. Benigno Lopes, uma vez citado como capitão, era casado com Carolina de Merlo de Azeredo Coutinho, batizada em São Miguel, filha de Alexandre José de Azeredo Coutinho •1751 Rio de Janeiro + 8.10.1815 Itajaí e de sua segunda esposa, Dona Felicia Alexandrina (de Arzão?), donos da "Fazenda" em Itajaí. Vários cunhados de Benigno, os Azeredo

Leão Coutinho, tinham terras ao longo do Itajaí Açú.

Na Pedra de Amolar, que deve ser a "de cima" citada por Van Ledé, e que deve ficar entre Belchior e Blumenau, residiam os 3 alemães e o francês. Os nomes no documento: Pedro Joaquim, João Cloques e um Jacó, conhecido por Jacó alemão e o francês Carlos Monçam. Vamos ver se conseguimos identifica-los.

Pedro Joaquim deve ser Pedro Juchem *1819, filho de Mathias e de Luiza Metz, imigrantes de São Pedro de Alcântara, citados por Mattos como sendo Sochen. Pedro era ainda solteiro em 1842, pois se casou somente após 1850 com Felisbina Werner.

João Cloques, em realidade João Klock. Nasceu em 1790, era casado com Anna Maria Deschamps, irmã de Nicolau. Deve ter falecido poucos anos depois e não teve filhos.

Jacó alemão, só pode ser Jacob Theiss, que veio de São Pedro de Alcântara junto com seu irmão Valentin. Jacob casou em Itajaí em 1842 o que prova que ele morava no vale naquele ano. Em 1848 ele possuía terras na Volta do Gaspar, extremado com Carlos Mousseaux.

Carlos Monçam, cujo nome correto era Mousseaux, pois é assim que assinava, era francês e, apesar da semelhança de nome, nada tinha de comum com o uruguaio Benigno Lopes Monçam. Sua esposa + 0.7.1847, deixando-o viúvo com um filhinho, Carlos com 2 anos de idade. O curador do inventário foi Nicolau Deschamps, que deve ter sido seu vizinho. Os bens eram terras no Ribeirão de Itoupava, perto do Salto, que ele requereu em 1838, um terreno de

200 braças na Volta do Gaspar, mais um terreno de 200 braças com engenho em Gaspar e 50 braças no Arraial do Poço Grande. José Ferreira da Silva diz que ele já tinha morrido em 1848, porém está equivocado, é o inventário da esposa que foi feito em 1848. Dele mesmo e de seu filho nada mais foi notado após esta data.

Entre os requerentes que receberam suas terras em 1842, havia somente um estrangeiro, Nicolau Deschamps (Deixam) que recebeu terreno a 27.9.1842 na mesma Pedra de Amolar (de Cima?).

A opinião de José Ferreira da Silva

Em sua obra "A Colonização do Valle do Itajaí" publicada em 1932, José Ferreira da Silva fornece a seguinte relação de alemães, antigos colonos de São Pedro de Alcântara que se mudaram para as margens do Itajaí:— Johann Knobach (deve ser Kobach), Mathias e João Schneider, Valentin e Jacob Theiss, Nicolau Deschamps e um seu filho do mesmo nome casado com Elisabeth Ostermann, Jorge Wagner (pai de Peter), José Haendchen, João Klocker (Klock) e outros.

José F. da Silva, em Blum, em Cad. (T. IX pg.175) analisa a época em que os colonos de São Pedro de Alcântara vieram para Itajaí e ele confessa que não se sabe ao certo, porém que não pode ter sido antes de 1835. Diz ainda que dos livros de Registro de Informações de terras da Câmara de Pôrto Belo, examinados e que se referem aos anos de 1833 a 1851, somente em 1844 é que começam a aparecer nomes de co-

lonos alemães requerendo terras no Itajaí.

Os moradores do Itajaí Mirim

Continuando, José F. da Silva cita uma informação dada no requerimento de Antonio Vicente, José Vicente, Bernardo Vicente (três irmãos Haendchen, apesar de não constar sobrenome) e João Simamon (Zimmermann, cunhado deles, moradores na colônia de São Pedro de Alcântara, no qual requerem uma légua de terras ao norte do ribeirão das Aguas Claras (hoje cidade de Brusque). Esta pretensão foi contestada pelo Capitão Domingos Luiz do Livramento e por Alexandre Martins Jaques, que alegavam possuir sesmarias nas imediações, e que a concessão do pedido dos alemães poderia prejudica-los (!). A Câmara de Porto Belo deu parecer favorável e o presidente da província concedeu as terras por despacho de 31 de maio de 1845 (vide Brusque, de Oswaldo R. Cabral, pg. 250, mapas e pg. 251).

Em 1846 — continua Ferreira — Pedro Palm, Mathias Palm, Felipe e José Sesterheim, todos também colonos de São Pedro de Alcântara, requereram meia légua em quadro no Itajaí Mirim, próximo às terras anteriormente citadas e no mesmo ano, Pedro Sesterheim requer outra gleba no mesmo rio.

Em 1848, Henrique de Kreckler recebe uma concessão de 400 braças na margem esquerda do Itajaí Mirim, no local que ficou conhecido por "Morro do Creca" e Pedro Müller obtém 300 braças no mesmo local. Também no mesmo ano, Lourenço Sesterheim,

Henrique Wagner (irmão de Peter) e João Mannebach requerem terras na margem sul do Itajaí-Mirim. Tudo indica que o nome correto deste Henrique seja Devreker e não De Kreckler. Henrique Devreker era em 1845 "demarcador-geométrico juramentado do distrito de Porto Belo".

A dificuldade está em saber se as terras requeridas eram realmente ocupadas, pois a maioria, especialmente os brasileiros, requeriam terras devolutas apenas para fins especulativos. Em 1848, quase não havia mais terra devoluta no Vale. Van Lede teve que comprar terras para instalar sua colônia belga em Ilhota. Blumenau e Hackradt também, pois nas margens dos ribeirões Garcia e Velha e do Itajaí Açú até o Saito, não havia mais nada sem dono. Agora, moradores não havia nenhum, ou bem poucos. Esta era a situação.

Os Registros Paroquiais de Itajaí

Pesquisamos os registros paroquiais de Itajaí, para verificar e anotar quais os primeiros alemães residentes no Vale ou na então "Villa do Santissimo Sacramento

do Itajahy", que aparecem em ocorrências de batizados, casamentos ou óbitos, no período de 1835 a 1847. Nomes de colonos de São Pedro de Alcântara não aparecem antes de 1838, ano em que são mencionados Deschamps e Haendchen. Theiss aparece pela primeira vez em 1840, Werner em 1841, junto com Schneider; Zabel em 1842 e Palm em 1845. Os primeiros batizados de filhos de belgas se deram no ano de 1846.

Com as informações colhidas em São José, São Miguel e Itajaí sobre as mesmas famílias e, mais tarde, em Gaspar e Blumenau, conseguimos reconstituir genealogias bastante completas destes pioneiros da colonização germânica do Vale.

Em breve passaremos a publicar estas genealogias, a primeira delas da família Deschamps, prevista para nossa edição de setembro deste ano. Em agosto apresentaremos uma genealogia parcial da família Schmitt, afim de prestar uma homenagem ao centenário de Nicolau Miguel Schmitt, nascido a 13.9.1877, pai de numerosa descendência em Blumenau, Gaspar e toda a região.

THEOBALDO COSTA JA MUNDÁ VISITA O NOVO DIRETOR DA "CASA DR. BLUMENAU"

O Presidente do Conselho Estadual de Cultura, jornalista e escritor Theobaldo Costa Jamundá, esteve, dia 15 de junho, visitando o novo Diretor Executivo da Fundação "Casa Dr. Blumenau", jornalista José Gonçalves. Na oportunidade, Jamundá cumprimentou seu velho amigo pelo lançamento do livro "ELE SOBREVIVEU", que vem alcançando boa receptividade, prometendo ao autor en-

vidar todo o seu esforço no sentido de tornar a obra ainda mais conhecida, através de um trabalho que irá desenvolver junto ao Conselho que preside. O sr. Theobaldo da Costa Jamundá discutiu ainda outros assuntos ligados à revista "Blumenau em Cadernos", cuja continuidade lhe foi assegurada pelo atual Diretor da Fundação.

ESTANTE CATARINENSE

por Carlos Braga Mueller

O DESTINO DE REDONDINHO LELECO E OS OVOS DE PASCOA O NATAL DO PASTORZINHO

de Maria de Lourdes Ramos Krieger — Editora Lunardelli 1977

Surgem no cenário da literatura infantil 3 livrinhos (no tamanho), escritos por Maria de Lourdes Ramos Krieger. Recebo os três, com amável dedicatória da autora.

Diga-se de passagem, não são muitos os livros infantis que se editam em Santa Catarina, razão pela qual tem redobrada significação a iniciativa da Editora Lunardelli, que lançou as obras. No primeiro livro, "O Destino de Redondinho", Maria de Lourdes conta com a colaboração, nas ilustrações, de um nome de alta expressão no mundo artístico catarinense: Ernesto Meyer Filho. Meyer é o autor de muitos quadros, destacando-se os seus belos "galos", que adornam dezenas de residências e ambientes finos. Sua arte, um tanto quanto rudimentar, atinge plenamente o público infantil, assim como também o atinge a estória de Redondinho, um pequenino grão de areia que acaba transformando-se em uma linda pérola. Um estranho fenômeno da natureza, contado de maneira amena e agradável para as crianças.

O segundo livro, "Leleco e os Ovos de Páscoa", conta porque os coelhos são encarregados de distribuir os óvos de Páscoa (olha

at uma dúvida que é também dos adultos)!

E finalmente, em "O Natal do Pastorzinho", a autora mostra um pastorzinho que viu Jesus nascer.

Com cada livro é distribuída uma "ficha de atividades", que deve ser preenchida pelos pequenos leitores, orientados pelas suas professoras. Ali pergunta-se: qual o personagem principal da estória? O que faz com que ele seja personagem principal? Se você pudesse escolher para viver o papel de um dos personagens da estória, qual escolheria? Por que? O que você aprendeu com o livro que leu? A resposta a este tipo de questionário contribuirá para que os nossos escritores escrevam cada vez mais ao sabor da criança, além de incentivar os pequenos leitores a agilizarem suas memórias, lembrando os principais fatos da estória lida.

REVISTA RUA 15 Blumenau, junho/julho 1977

Tendo como Redator Chefe o conhecido jornalista Waldemar Bastos e como Editor Margarida Bachtin da Silva, já circularam vários números da Revista RUA 15, que é quinzenal e está à venda no Vale do Itajaí, ao preço de Cr\$ 9,00 o exemplar.

Na capa do número zero aparece a bonita Miss Blumenau/77; no número 1 está presente o time do Palmeiras E. C.; e no número 2, que temos em mãos, aparece um dos "castelos" da Rua Her-

mann Hering, de Blumenau. Assuntos locais, dos quais ressentese há muito o blumenauense, são mostrados nas páginas da revista. Falta um caráter mais jornalístico às matérias, pois estas são apresentadas de forma apenas informativa. Mas a iniciativa é deveras louvável e merece nossos cumprimentos. As edições devem continuar. Temos verdadeiras revelações para mostrar, como é o caso de Ingo Passold, que desenhou (ou está desenhando) uma estória em quadrinhos, "Uma Aventura na Amazônia", que será publicada em série. Muito bom o estilo do desenhista. E nada fica a dever a alguns "figurões" das HQ nacionais, que aparecem em revistas de grande circulação. Parabens à equipe de RUA 15, e

que melhorem cada vez mais a revista.

BLUMENAU HOJE

Jornal semanal

Geraldo Luz, Diretor-Redator do novo jornal, que já está circulando, esclarece no seu primeiro editorial: Algumas pessoas quem sabe dirão que pertencemos à imprensa nanica. Sinceramente, achamos que não chegaremos a tanto".

Notícias curtas, numa "resenha" como o Professor Geraldo sabe são bem redigir, são o forte do jornal. E também aqui destaca-se um cartunista da terra: — CAO, que satiriza muito bem o blumenauense travestido de tiro-lês, com a igreja matriz ao fundo. (nr 1, página 5). Fica o registro.

PROFESSOR DA UFSC CUMPRIMENTA

Integrante do Corpo Docente da Universidade Federal de Santa Catarina, Walter F. Piazza manifesta em carta seus cumprimentos ao Sr. José Gonçalves pela sua investidura na direção da

Fundação 'Casa Dr. Blumenau'. O Prof. da UFSC também afirma que deseja continuar colaborando naquilo que for possível com aquela Casa de Cultura.

Novas obras no acervo da Biblioteca Municipal "Fritz Müller"

No mês de junho, a Fundação "Casa Dr. Blumenau adquiriu 49 livros dos mais apreciados autores nacionais e internacionais. São romances, livros de ficção científica, aventuras, mistérios, policiais, etc, tão a gosto da maioria dos leitores da Biblioteca 'Dr.

Fritz Mueller". A aquisição desses livros custou à Fundação aproximadamente 3 mil cruzeiros. Novas aquisições serão feitas no decorrer dos próximos meses, pois o objetivo é aumentar o acervo da biblioteca, atendendo aos anseios de todos os leitores.

A Devolução pelos Espanhois da Ilha de Santa Catarina em 1778

Carta do Marquês do Lavradio ao Coronel Antônio da Veiga Cabral da Câmara sobre o recebimento da Ilha de Santa Catarina e de como haveria de proceder.

"Em observância do Tratado Preliminar de Paz, ajustado e assinado por Suas Majestades, a Rainha Minha Senhora Fidelíssima e Sua Majestade Católica, nos deve ser restituída a Ilha de Santa Catarina, o ponto da mesma Ilha e tudo o mais que se achava na sobredita Ilha e seu respectivo porto, quando foi entregue em o dia 25 de fevereiro do ano próximo passado e como o Comandante castelhano que se acha governando aquela Ilha me participa ter ordem do seu General para fazer a sobredita entrega, nomeio a V. S^o. para ir recebê-la e como meu Comissário requerer a reposição de tudo o que pertencia à mesma Ilha a qual ficará V. S^o. governando, depois que a evacua-rem os castelhanos e enquanto eles não saem, ficará V. S^o. com o Governo e comando de toda a terra firme que nunca foi ocupada pelas tropas castelhanas .

Passará V. S^o. ordens ao Regimento de Gente, que se acha na Laguna: para que esteja pronto a marchar e ir guarnecer a dita Ilha, quando V. S^a. julgar ser tempo de poder entrar a nossa tropa.

Logo que V. S^a. chegar à Terra Firme da Ilha, participará por escrito ao Comandante castelhano a diligência a que V. S^a., que vai; e e parecendo a V. Sa. que as conferências que deve ter com aquele Conte. se podem averiguar com mais facilidade conferindo todos de viva voz, evitando-se a correspondência por escrito, que de ordinário faz muito mais longas estas negociações e a maior parte do tempo laboram estas correspondências sobre jogos de palavras, tudo motivos para maior demora, sendo muitas vezes, estas, causas de desagradáveis consequências, e que suposto poderá V. S^o. ajustar com o Comte. um lugar que seja mais próprio para estas conferências, devendo dar muito a V. S^a. se evitem todos aqueles discursos ou questões que possam prolongar estas diligências que Suas Majestades recomendam seja concluída com a maior brevidade.

O que ficar ajustado entre V. S^o. e o Comandante castelhano poderá passar a um Termo por escrito, para haver de constar o em que ambos convieram e assim poderem V. S^{as}. fazer presente aos Generais que a V. S^{as}. mandaram com esta comissão.

Depois de V. S^a. estar entregue da Ilha e dado nela todas as providências que julgar necessárias ao bom Regime da mesma Ilha e para serem restituídas as jurisdições a cada uma das Repartições Ci-

vis e Militares que havia na mesma Ilha, passará V. S^a. às Vilas e Povoações dessa Capitania para igualmente restabelecer os Magistrados nas suas respectivas autoridades, regulando-se o Governo dos Povos na conformidade que as Santas e sábias Leis de S. Maj. de. tem determinado.

Sendo certa a grande importância daquele porto, e de toda aquela grande Provincia e igualmente certa a fertilidade de todo aquele território, não é menos certo o pouco proveito que se tem tirado daquele precioso País, pela falta de cuidado que tem havido em promover a Agricultura e todos os mais estabelecimentos que poderia (m) fazer a base de um sólido comércio e o mais útil para todas aquelas Povoações, o qual serviria ao mesmo tempo de ministrar mais forças e meios para melhor se sustentarem e de todos aqueles importantes Portos que se acham na costa da mesma Capitania: porém a indigência em que tem deixado viver os mesmos Povos a ambição com que alguns particulares tem conseguido possuírem consideráveis porções de terra sem meios nem forças para as cultivarem: a pouca caridade que tem havido com os pobres, deixando-os desacomodados, sem se lhes ministrarem os meios de que necessitam para poderem ganhar o sustento para as suas famílias, tudo tem concorrido para que as Povoações se não aumentassem, as terras pereçam estéreis, os vastos e excelentes campos se achem desertos e afinal, nem o Soberano, nem os vassallos se aproveitem de um país que promete tanta abundância e que pode fazer a felicidade dos seus habitantes e nada menos concorre para o atraso daquele estabelecimento, a falta de comunicação que ali há de umas para outras povoações e ainda para as Capitánias que confinam com ela, sendo certo que a abertura dos caminhos, a facilidade da passagem de umas Povoações para as outras, tudo isto convida aos Povos a se comunicarem uns com os outros e, por consequência, a estabelecerem aquele comércio que poderá fazer a reciproca felicidade de todos.

Naquela Capitania achará V. S^a. infinitos gêneros muito preciosos e com que se pode fazer um grandíssimo comércio: — Madeiras, Gomas, Bálsamos, Óleos, Tintas, Pesca e, ultimamente, aquela produção da Terra que todos conhecem de Trigo, Milho e mais grãos que servem para o diário alimento das gentes. Todas estas grandíssimas utilidades se poderão tirar daquela importante capitania, applicando-se com a possível eficácia os meios e providências que são necessários, porém como eles todos são novos para os Povos que ali se acham, é-lhe necessário falar-lhe uma diferente Linguagem daquela a que estão acostumados, e tudo o que são novidades, principalmente, para fazer mudar de costumes as gentes que tem criado raizes e muitos diferentes, é uma empresa dificultozíssima (sic) e para melhor se poder conseguir será indispensavelmente necessário que V. S^a. use e ponha em prática os únicos e mais eficazes Remédios com que se dissolvem semelhantes dificuldades que à maior parte das gentes parecem invencíveis: o primeiro é uma grandíssima constância nas suas resoluções; o segundo é mostrar e praticar muita caridade e humanidade com os pobres; o terceiro, uma prudência e sofrimento que seja o mais exem-

plar; o quarto, não se satisfazer V. S^a. em dar às suas ordens, mas ir de tempo em tempo ver se elas se executam; quinto, vigiar sobre as pessoas mais poderosas para que estas não oprimam, e vexem aos pobres e pequenos, isto não se entende arruinando aqueles mas fazendo-os conservar sem excederem os seus limites e pô-los na prática da caridade que devem ter com os necessitados. o sexto, pôr V. S^a. toda a atenção para providenciar o benefício dos pobres, de forma que estes conheçam que em V. S^a. tem um protetor que com as suas providencias e caridade os tirará da indigência em que vivem.

Ultimamente, terá V. S^o. o maior cuidado no modo de castigar os culpados, mostrando V. S^a. quando fori preciso fazer algum castigo a mortificação e violência com que o faz, mas que é indispensável o praticá-lo assim, pelo sagrado respeito que todos devemos às Leis do Soberano, como para que o respeito dos povos vivão em socego.

Deve V. S^a. estar prevenido para os incessantes combates que hade ter, querendo-o persuadir de que a maior parte das coisas que de novo V. S^a. quizer mandar fazer, que estas são impraticáveis. Sendo de ordinário a razão mais fundamental com que o querem provar que isto ou aquilo nunca ali se fez, trazendo à memória os grandes talentos e autoridades dos Governadores que alitem havido e que nunca nenhum deles tal fizera. Não maltrate V. S^a., estas gentes, ouca com muita paciência a todos, não despreza o que eles disserem, porém não se persuada V. Sa. para mudar de resolução, sem ter feito mais de uma e duas experiências, que o ponham no conhecimento da verdade.

Como o único fim que nos devemos propor, sempre que nos acharmos nestes empregos é o bem e a utilidade do serviço do Rei e a felicidade dos Povos, é sumamente necessário que nos previnamos contra o amor próprio que todos de ordinário temos das nossas idéas e lembranças, assentando que imediatamente virmos que delas se praticarem (sic...) se não seguem aqueles fins que nós propuzermos, devemos logo lembrar-nos que faltamos à nossa obrigação se quizermos sustentar aquela resolução sem outro fundamento mais que ter sido nossa. Este erro se comete muitas vezes com tal cegueira que muitos tem tido a fraqueza de reputarem ser contra a sua honra e autoridade revogarem uma ordem que têm dado sem refletirem que o fazê-lo quando a conhecem menos acertada não é nada menos do que uma heroicidade que em todo o tempo lhe fará uma grandíssima honra.

Para V. S. por uma vez ficar no conhecimento do quanto são dignos de compaixão aqueles Povos e o repreensível descuido que tem havido em todos os que os tem governado, bastará V. S^a. ver que sendo bordada toda aquela Capitania de diferentes portos e enseadas excellentes, cheio o país de muitas e admiráveis madeiras, aquele Mar abundantissimo de Peixe, que até agora se não tem feito nos sobreditos Portos nenhuma outra embarcação senão Canoas e alguma má lancha, que não pode navegar, que terra a terra, de sorte que para extrairer alguns poucos frutos que lhe sobejam é preciso que são embarcações de outra parte, aliás faltando estas, ficam sem ter saído aqueles gêneros, isto no mesmo tempo que em toda aquela costa do sul para o nor-

te se está ainda em portos muito mais, quantidade de embarcações que frequentam a navegação de porto a porto para darem extração aos frutos que produzirem as suas famílias.

Em uma palavra, devo dizer a V. S^a. que eu considero aquela Capitania como uma nova conquista em que nos vamos estabelecer de novo, e em que é preciso fazer o seu estabelecimento desde os primeiros alicerces, os quais construídos com a precisa e prudente solidez não só fará a felicidade dos primeiros que ficarem ali estabelecidos mas a fará também para o futuro a todas as mais famílias que ali se multiplicarem e o Estado terá mais uma Colônia que aumente suas riquezas e no Real Patrimônio de Sua Majestade se aumentarão consideravelmente os meios com que possam reforçar a segurança e a defesa do Estado. A todas estas minhas lembranças e reflexões estou bem persuadido de que V. S^a. enriquecerá com muitas outras, todas as mais próprias para V. S^a. fazer conhecer os seus talentos e merecimento e que a mim me resulte a grandiosidade (sic) satisfação de ver pela Rainha, Minha Senhora, remunerado o distinto serviço que V. S^a. fizer ao Estado. Deus guarde a V. S^a. Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1778 — Marquês do Lavradio — Ar. Coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral da Câmara — P. S. — Devo dizer a V. S^a. que durante toda esta comissão de que a V^o. S^a. o encarrego, se farão a V^o. S^a. as distinções no seu Governo que a Rainha, Minha Senhora, manda fazer aos Brigadeiros do Seu exército”.

PROCURAÇÃO PARA RECEBER A ILHA DE SANTA CATARINA dos seus ocupantes.

“Comissão em que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marquês Vice-Rei delegou os Reais Poderes que Sua Majestade lhe havia concedido para o recebimento da Ilha de Santa Catarina ao Senhor Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara.

Dom Luiz de Almeida Portugal Soares Alarcão Eça Melo e Silva Mascarenhas, Marquês do Lavradio, do Conselho da Rainha Minha Senhora Fidelíssima, e do de Guerra Tenente General dos Seus Exércitos, Vice-Rei e Capitão General do Mar e Terra do Estado do Brasil, etc. . . Na conformidade do Tratado Preliminar de Paz ajustado e assinado por Suas Majestades a Rainha Minha Senhora Fidelíssima e Sua Majestade Católica, Nomeio a V. S^o. para ir receber a Ilha e o Porto de Santa Catarina e tudo o mais no mesmo porto aprezaram as Tropas e Esquadra da S. Majestade Católica, requerendo V. S^a. a entrega de tudo o que nos pertence, na conformidade que Suas Majestades o têm determinado no sobredito Tratado; para o que dou a V. S^o. todos os meus poderes, a fim de que V. S^a. com toda a brevidade possível haja de concluir o que a este respeito as Reais Ordens da Rainha, Minha Senhora, determinam. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1778. — Marquês do Lavradio — Sr. Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara”.

MUSEU: Exigência social, educacional e cultural, não elitista

A FORMAÇÃO DOS MUSEUS ESCOLARES

(Continuação do número anterior)

Mesmo antes da filosofia quantificatória da educação brasileira, quando tínhamos o ensino elitizante e discriminatório, no qual os melhores alunos eram aqueles que sabiam repetir tal e qual o professor ensinara, não tivemos a salutar filosofia de aliar aulas teóricas e expositivas com a realidade ecológica e a prática de laboratório, biblioteca e de museu escolar.

As maiores preocupações governamentais, são as construções de edifícios escolares para abrigar o mais depressa possível o produto da demografia proletária. Estão certos os governos que assim agem., porquanto novas salas de aulas atendem a uma exigência social premente — a alfabetização, no mínimo, a integração na sociedade, no máximo.

A quem devemos culpar pela exclusão, no projeto de construção, de um espaço reservado para museu escolar? A quem devemos imputar falta de consciência do valor didático e educativo do museu escolar? Aos educadores cremos que cabe grande parte da culpa, pela omissão ou pelo desinteresse gerado pelo desconhecimento do valor altamente educativos de acervos escolares.

Os museus escolares são repositórios de elementos visuais da maior importância para a aprendizagem de quase todas as matérias, principalmente Botânica, Biologia, Mineralogia, Estudos Sociais e Arqueologia. Diariamente em nossas escolas são ministradas dezenas de milhares de aulas expositivas desvinculadas de uma realidade visual por falta de aparelhos reprodutores ou por falta de material exposto e manuseável para facilitar a compreensão do educando.

Nos Estados Unidos, os laboratórios escolares são subordinados aos museus escolares, pois esses têm um papel destacado no meio estudantil. Santos Trigueiros, no seu livro "Museu e Educação", pg. 114, explica que "O Museu escolar tem por finalidade o ensino às crianças e seu material deve servir de ilustração às aulas práticas das diversas matérias do programa, proporcionando aos professores sugestão para novos de apresentação do material de ensino". Trigueiros recomenda não destiná-los à visitação pública, só devendo abri-lo aos professores e alunos. Ao contrário dos museus abertos ao grande público, em que as peças devem ser protegidas do contato com as mãos, para evitar a sua destruição e garantir a sua conservação, no museu escolar os ob-

jetos expostos, sempre que necessário, devem ser manuseados pelos interessados.

Um museu escolar poderá centralizar a própria biblioteca, o setor de ensino agrícola, as dramatizações escolares, minimapoteca. Poderá transformar-se num núcleo do interesse escolar. Propiciar o conhecimento dos recursos locais da natureza e as representações das características de trabalho da região. Um museu escolar é antes de tudo um resumo da Comunidade onde a Escola está inserida.

Prezada Professora, prezado Professor, conclamamos todos a se conscientizarem do valor didático e educativo dos museus escolares.

INDÚSTRIAS DE RIFAS E SORTEIOS:

O jornal "Blumenauer Zeitung", nr. 44 de 29 de outubro de 1887, publica a seguinte carta de um leitor:

"Nos últimos meses vem se difundindo em nossa Colônia, um mau hábito que não poderá deixar de ter uma influência nociva. Refiro-me à "indústria de rifas". Esta, ultimamente, tornou-se numa verdadeira praga, pois raros são os domingos nos quais não seja rifado ou levado a prêmio em disputa de tiro, um objeto qualquer. Numa ou noutra vez o valor do objeto corresponde realmente ao montante das rifas vendidas, mas isto são casos raros, pois na maioria das vezes o valor do objeto não chega nem à metade da soma arrecadada e isto, geralmente, por ter o promovente da rifa, para conseguir a venda de todos os bilhetes, de realizar um "baile". As despesas deste baile, naturalmente, devem ser cobertas pelo excedente do valor do objeto, e assim, os compradores dos bilhetes, mesmo os que não tomam parte no baile, contribuem no pagamento destas despesas. O ingresso livre ao baile, que é concedido ao possuidor de um bilhete, faz com que estes têm uma melhor aceitação, levando muitos a adquirir um, mesmo se suas posses dificilmente o permitem, mormente entre os jovens que são atraídos ao baile gratis. Este embuste das rifas vem exercendo uma influência desmoralizadora em nossa colônia e seria bom que nossas autoridades municipais e policiais reprimissem tais falcatruas.

O jornal endossa as considerações do referido leitor e alerta ainda que a realização de rifas e sorteios é proibida pela Lei nr. 1.099, de 18 de setembro de 1860 que comina as seguintes penas: Perda do objeto posto a sorteio; prisão de 2 a 6 meses e multa igual à metade do valor do objeto a ser sorteado, cabendo às autoridades policiais a repressão destas infrações.

(Colaboração de Frederico Kilian)

Figuras do Passado

FREDERICO KILIAN

— CARL WILHELM BÖHM —

O jornal "Blumenauer Zeitung", em sua edição nr. 40, do dia 5 de outubro de 1889, traz o necrológio de uma personalidade marcante da cidade de Joinville, o Sr. CARL WILHELM BÖHM, editor do jornal "Colonie Zeitung", de Joinville, sepultado naquela cidade no dia 17 de Setembro de 1889.

Carl Wilhelm Boehm, nasceu no dia 17 de Setembro de 1826, na cidade de Gross-Glogau, na Silésia, Alemanha, como filho de um pobre inválido, ex-combatente da guerra de 1813, de nome Friedrich Wilhelm Boehm. No ano de 1840 C. W. Boehm começou como aprendiz de tipógrafo, em uma tipografia da cidade de Bunzlau (hoje denominada Boleslawiec, pertencente à Polônia) onde terminou o seu aprendizado. A seguir trabalhou em diversas outras tipografias, em diferentes cidades, como era exigido naquela época na Alemanha a todos artifices, até ter galgado o posto de gerente de uma tipografia das oficinas da editora Westermann em Brunswique. Nesta posição presidiu também a associação de classe "Gutenberg-Bundo". No ano de 1857, tendo perdido, devido sua longa ausência de sua cidade natal, a cidadania da mesma, de acôrdo com a legislação da época, e exasperado ante as restrições da liberdade de imprensa, reinante no meiado do século 19 na Alemanha, resolveu emigrar, embarcando no veleiro "Luise Caroline", com outros imigrantes, no dia 20 de agosto daquele ano, chegando à Colônia Dona Francisca, após 80 dias de viagem, no dia 9 de Novembro de 1857. Trabalhou inicialmente na construção de estradas, para prover sua manutenção, tendo morado durante os primeiros 5 anos em Anaburg, perto de Joinville, tendo também servido como policial naquela colônia, para ganhar algum dinheiro. Afinal mudou-se para Joinville, onde assumiu a direção técnica da tipografia fundada por Ottokar Doerffel e do jornal por este sob nome de "Colonie-Zeitung". Na década de 70 do século passado, Carl Wilhelm Boehm, assumiu, por conta própria a tipografia do Sr. O. Doerffel e com esta também a responsabilidade da publicação do jornal "Colonie-Zeitung". C. W. Boehm teve acentuada participação social na cidade de Joinville, prestando seus serviços às diversas sociedades culturais e recreativas daquela comuna. Sua morte foi muito sentida por toda a população, e seu sepultamento transformou-se numa verdadeira apoteose, pelas inumeras manifestações pesarasas e exaltações de suas virtudes como cidadão e chefe de família. Relata o jornal que jamais Joinville assitira um enterro tão imponente como o que foi realizado no dia 17 de Setembro de 1889, justamente no 63º aniversário do extinto. Compareceram ao velório e formaram o pres-

tito fúnebre além de quasi a totalidade da população de Joinville, todas as sociedades locais — Sociedade de Ginástica, Federação dos Cantores, Sociedade de Cantores "Helvetia" e "Concórdia", a Loja Maçônica e outras, percorrendo o préstito fúnebre a principal rua da vila, entoando a Banda Musical marchas fúnebres até ao cemitério, onde os cantores, antes e depois da prédica do Pastor Lange, lhe dedicaram ainda canções de despedidas, tendo ainda discursado o Sr. Otto- kar Doerffel, como representante da Loja Maçônica e o Sr. Roger em nome da Sociedade de Ginástica de Joinville. O Sr. Carl Wilhelm Boehm deixou, com sua morte, além de sua sógra, da. vva. Obst, de 83 anos de idade, sua esposa, Da. Albine Boehm, filha de Cristina Friedrich Carl Obst e dois filhos: Carl Bernhard Otto Boehm, nascido em 15/3/1868 e Carl Friedrich Wilhelm Max Boehm, nascido em 19/2/1879, que assumiram os negócios do falecido, desenvolvendo os mesmos, mantendo o jornal 'Colonie-Zeitung' ainda por muitos anos bem como a mui conceituada Tipografia Boehm, na cidade de Joinville.

A NOSSA BIBLIOTECA ESTÁ COM 57 MIL VOLUMES CATALOGADOS

Sem levarmos em conta as centenas de volumes, tanto em idioma alemão como em português que continuamente chegam às nossas mãos, através de doações, a Biblioteca geral da Fundação "Casa Dr. Blumenau" possui, atualmente, 57 mil livros catalogados.

Entre esses 57 mil, encontram-se: 35 mil em português, à disposição do público, e mais 8 mil em alemão, todos nas estantes da Biblioteca "Fritz Müller", além de numerosos livros em Braille, para a leitura de deficientes visuais. Os outros 14 mil livros, encontram-se catalogados no nosso arquivo histórico, cujas estantes ocupam três salas no setor de administração da Fundação e mais o gabinete da direção executiva. Esses quatorze mil volumes que envolvem a história em geral — Brasil, Santa Catarina e Região do Vale do Itajaí.

Em 1962, de acordo com um relatório fornecido pelo saudoso Professor José Ferreira da Silva à Reitoria da Fundação Universitária Regional de Blumenau, a Biblioteca "Fritz Müller" continuava com os mesmos três mil volumes com os quais ele a havia fundado em 1940. E ao reassumir aquela Direção, encontrou o acervo sem qualquer enriquecimento.

Vemos, portanto, que, ao reassumir a Direção da Biblioteca em 1962, Ferreira da Silva desenvolveu um trabalho dos mais notáveis, catalogando, antes de mais nada, no seu trabalho quase que diuturno, os 14 mil volumes ora existentes no Arquivo Histórico, além de ter aumentado sucessivamente o acervo da Biblioteca, o que possibilitou chegar-se, hoje, ao expressivo número de 57 mil livros catalogados.

Política e Politicos de antanho

1a. Parte

AYRES GEVAERD

Como ocorreu na então Vila de "São Luiz Gonzaga" a mudança do regime monárquico para o republicano.

Sempre gostei de anotar aspectos da vida brusquense, apanhados aqui e ali, não só pelo simples prazer da pesquisa, como também o que considero mais importante, porque podem servir, um dia, de estudo aos nossos cronistas e historiadores. No que concerne à vida oficial de Brusque, os registros que se encontram nos documentos da Colônia são realmente valiosos, graças aos cuidados de seus administradores. Exetuoando os anos 1861, 1870, 1873, 1874, 1878 1880 os demais, desde a fundação, 4 de gôsto 1860, estão completos.

O mesmo já não acontece depois da emancipação, isto é, depois da criação do município, em 23 de março de 1881 até 1905, aproximadamente. Entretanto, de quando em vez, encontram-se registros interessantes, permitindo preencher falhas na sequência histórica nos raros livros oficiais e em notícias enviadas de Brusque aos jornais dos municípios vizinhos notadamente ao "Novidades" que se editou em Itajaí. Desejamos nos reportar hoje ao livro de atas da Intendência Municipal, correspondente aos anos 1888, e 1890 e ao mesmo tempo anotar algumas ocorrências, aspectos das administrações municipais e o comportamento de personalidades políticas no período que vai de 1890 a 1908.

O referido livro registra as atas das sessões da Câmara no tempo do Império e do Conselho da Intendência, estas com as citações de "cidadão presidente do Conselho" e "cidadão Governador", ensaios dos primeiros passos da República dos Estados Unidos do Brasil em Brusque. São, certamente, dignas de atenção tôdas as atas, para quem se dispuser a escrever a história do município. Para mim, que procuro fazer pequenos relatos ou registros, conforme já mencionei e, conhecendo, pela tradição oral, o comportamento de alguns dos velhos políticos de Brusque, acho que se deve publicar as atas das sessões que cuidam das providências para o reconhecimento do novo Regime e de outras, administrativas. É certo que um resumo do que foi escrito seria suficiente; mas, pela forma tão simples e original como o secretário as redigiu, considerando ainda a conduta de nossos ilustres antepassados, cõscios de suas responsabilidades, uns como monarquistas, outros como republicanos, cremos que a transcrição se impõe, respeitando-se, como é obvio, a ortografia. Em seguida registro alguns incidentes, oriundos de acontecimentos sociais e publicos possibilitando analisar o temperamento de alguns cidadãos vereadores ou intendentes que durante um quarto de século cuidaram dos destinos de Brusque.

"Ata da sessão extraordinária do dia 23 de Novembro de 1889,

sob a presidencia do vereador Guilherme Krieger Junior. O secretario José Vicente Haendchem. Aos vinte tres dias do mes de Novembro do anno de mil oitocentos e oitenta e nove nesta villa de São Luiz, no Paço da Camara Municipal pelas onze horas do dia achando-se reunidos os srs. vereadores Boettger e mais vereadores Frederico Klappoth, Germano Scheurich, Gottlieb Becker e Adriano Schaefer faltando o vereador João Batista Rudolph com participação, achando-se número legal, o snr. presidente declarou aberta a sessão. Lido o expediente constou o seguinte: Um telegrama circular do telegrapho participando a sahida do Snr. PEDRO D'ALCANTARA, um outro circular do telegrapho participando a Camara Municipal do Rio (?) ter aclamado a Republica dos Estados Unidos do Brazil. Um outro do Govêrno provisório de 22 de Novembro participando... da Republica. Um officio do presidente da Provincia de 15 de Novembro enviando o jornal Regeneração. Um outro do Governo Provisório do Estado Republicano Catarinense de 17 do corrente comunicando

ter assumido o governo deste Estado. Um outro de 18 de Novembro comunicando ter determinado que as repartições publicas continuem a funcionar. Um outro de 21 do corrente declarando que podem ser recebidas as notas do Banco do Brazil. De cujo conteúdo os vereadores declararão ser inteirados, mandando o sr. Presidente archiva-las. O presidente consulta os vereadores reunidos se reconhecem o Governo Republicano. Como foi unanimemente applaudida, adherindo-se esta Camara a Republica Federal Brasileira, reconhecendo o Governo Provisório. O presidente mandou em vista d'esta deliberação officiar ao Governo provisório do Estado Republicano a respeito. E não tendo mais nada a tratar o Snr. Presidente levantou a sessão as doze e meia horas do dia. Eu José Vicente Haendchem secretario que o escrevi e assigno, Krieger Junior Jorge Boettger, Frederico Klappoth, Germano Scheurich, Gottlieb Becker e Adriano Schaefer. O Secretário José Vicente Haendchem".

(continua no próximo número)

PREFEITO RENATO VIANNA VISITA A FUNDAÇÃO

A Fundação "Casa Dr. Blumenau" foi honrada, no dia 14 deste mês, com a visita que recebeu de S. Excia. o Prefeito Municipal de Blumenau, Dr. Renato de Melo Vianna.

Recebido pelo Diretor Executivo José Gonçalves e demais funcionários desta Instituição, o jovem edil blumenauense percorreu todas as secções, desde a Biblioteca "Fritz Mueller" até o Parque Botânico "Edith Gaertner", passando pelo Museu da Familia Colonial e o Arquivo Histórico. Durante mais de uma hora dialogou com a administração, reiterando o propósito de seu Governo de dar o maior apoio e incentivo em favor do crescimento e desenvolvimento em benefício da cultura do povo blumenauense, através da grande obra criada e desenvolvida tão inteligente quão nobremente pelo saudoso professor José Ferreira da Silva. Fica o registro com os nossos agradecimentos.

CLIMA REGIONAL DA ILHA DE STA. CATARINA

Os climas setoriais nas ilhas do Arvoredo e Campeche, à margem do clima regional da Ilha de Santa Catarina

A. SEIXAS NETTO

(Da Academia Catarinense de Letras)

I

Temos, demoradamente, estudado o CLIMA REGIONAL DA ILHA DE STA. CATARINA, bem como de outras regiões do Estado, e, assim, entendemos utilíssimo completar o trabalho com importantes climas setoriais, sobre ilhas circundantes à Ilha de Sta. Catarina (1). Essas Ilhas, pelo que lhes temos analisado, tanto "in loco" quanto por descomplementação do Clima Regional, possuem, ainda, em maior parte, geoeologia primitiva e nativa, intocada pelo homem, formando, é certo, uma espécie de Universo à parte. E se fazemos estes estudos, que demandam tempo, trabalho e, sobretudo, dedicação completa, é para deixarmos um alerta de que esses Climatas Setoriais, esses micro universos originais, não sejam poluídos e, finalmente, destruídos pelo Homem em sua gana de progresso o símbolo da sua decadência e degeneração cultural. É um trabalho que implica em pesquisas novas em descobertas novas.

II

ILHA DO ARVOREDO

Com as coordenadas de 27° 17' Sul e 48° 21' 40" Oeste de Green-

wich, ao norte da Ilha de Santa Catarina, está a Ilha do Arvoredo, mais uma espécie de micro arquipélago em que se incluí a Ilha Deserta, a nordeste a mesma, cercada por bancos de areia e profundidades circundantes entre 30 a 42 metros.

Essa Ilha do Arvoredo, com maior extensão de 5.500 metros em termo médio e largura de 3.500 metros, e máximo orográfico de 120 metros é muito importante, e está ocupada, em parte, por estabelecimento naval de orientação à navegação. Seu nome vem de, em dias mais antigos, estar povoada por extensas florestas de enormes arvoredos. Ali, após o descobrimento, frotas, lusas, hispanicas e bucaneiros faziam lenhagem e aguada. E dias muito primitivos os navios fenícios que rumavam para o Xaráés (2) ali estacionavam e, segundo o costume de marcos estáveis, capazes de resistir às tormentas sem destruição, deixaram gravados em algumas pedras indicativos náuticos em escrito rupestre, como as há também na Ilha de Sta. Catarina, e por toda a costa. Esses dados geográficos náuticos fenícios nunca foram estudados seriamente e só são referidos os registros rupestres dentro da burocracia historiográfica que nada diz, ensina, informa (3).

Á ecologia da Ilha do Arvoredo permanece intacta, tanto na vegetação como na parte animal. A atmosfera baixa ali é de alta mobilidade devido aos ventos rápidos de norte a sul, e por estar mergulhada em pleno meio salino oceânico.

As Temperaturas são regidas pelo Clima Regional, bem como a Pressão Atmosférica. Podemos constatar que no Inverno, o mínimo é ocorrente nas proximidades de 1º e no Verão o máximo ocorre no limite de 46º na maior insolação, com a média de 38º. Assim, o Clima anual ali é bem ameno durante o Outono e a Primavera.

I I I

A Ilha do CAMPECHE, a Leste da Ilha de Santa Catarina, distante uns 5.000 metros, tem uma aproximada de 2.500 metros por uma largura média de 500 metros, estando nas coordenadas de 27º 42' S e 48º 27' 30" O. Greenwich, nível máximo orográfico de 90 metros. Embora estando ocupada em pequena parte por um Clube de Caça e Pesca, e seja seu território vasculhado por caçadores, sua composição arborea é ainda intensa e nativa. Seus animais não foram de todo extintos mas muitos das poucas espécies ali existentes estão em desaparecimento. Seu clima local é úmido, com valor médio de 85%. Seus índices de Temperatura apresentam a mesma característica do Arvoredo. Não há resquícios de poluição sólida na baixa atmosfera que é sempre movel por ventos fortes e sofre limpeza pelas quedas de cristais marinhos oriundos da evaporação normal do mar.

No inverno é frio, podendo aferirse nos últimos anos pelo mínimo de 0º.5 e o verão quente com a máxima insolação em 45º e temperatura média de 30º no dia mais quente à sombra. É uma ilha muito batida de oceano. É pouso e morada de aves oceanicas. Como o Arvoredo, seu litoral é muito piscoso e as profundidades circundantes variam de 8 a 35 metros. É, pois, uma ilha ecologicamente original.

IV

Em assim estudando o assunto, entendemos que tanto o Arvoredo como o Campeche sejam consideradas, dentro do Parque ecológico do Clima da Ilha de Santa Catarina, pontos de alto interesse por manter o "campus" geológico-atmosférico ainda intacto ou quasi.

As demais ilhas circundantes da Ilha de Santa Catarina ou são grupos de rochedos ou resultantes de bancos em evolução, sem valor notável dentro do Clima Regional. Mas ressalva-se a Ilha Guarás, dentro da Baía Norte, que deveria ser amplamente aproveitada para uso de um conjunto de estudos marinhos. Antigamente ali existiu um Hospital Lazareto, cuja construção está hoje abandonada. (Também a Ilha do Carvão, depósito marítimo, a uns duzentos metros da costa até 1969, desapareceu com o aterro, estando fincada sobre ele o último pilar e escadaria da Ponte Colombo Salles, do lado ilheu).

N O T A S

(1) — Estes trabalhos formam capítulos no volume CLIMAS DE STA. CATARINA, a ser publicado.

(2) — Há farto documentário de inscrições no litoral Ilheu Catarinense e mesmo em toda a costa do Estado. Um estudo especial sobre essas inscrições poderia fornecer conhecimentos sobre as conquistas fenicias na America do Sul. Temos, a respeito, um pequeno estudo com o titulo COLONIZAÇÃO FENICIA OU IMPÉRIO INKA?

(3) A referencia dos metodos historiográficos são parciais e não chegam a propor uma compreensão por falta, certamente, duma visão universal das HUMANIDADES e suas civilizações componentes que já existiram na Terra. E nem tem, até aqui, distinguido sequer Humanidade de Civilização. Confundem as duas distintas cousas.

A evolução do ensino em Blumenau em 27 anos

No Livro do Centenário de Blumenau, editado em 1950, à página 297, encontramos as considerações finais do trabalho elaborado por Frei Ernesto Emmendoerfer (O.F.M.), sobre o ensino desde os primórdios da colonização da região. Sob o título "Ensino Público em Blumenau", aquele tópico final diz, referindo-se à situação do ensino público em 1950: "Os poderes públicos mantêm no município de Blumenau os seguintes estabelecimentos de ensino: Escola Normal Pedro II; seis grupos escolares (com 55 classes), três escolas complementares, uma escola reunida (com sete classes), quarenta e nove escolas isoladas, duas escolas para adultos.

Há 116 professores de aulas e sete de educação física. O número de alunos nas escolas públicas é de 5.000 (cinco mil), correspondente a um oitavo da população. Existem ainda cursos do SENAC e SENAI (aprendizagem comercial e industrial)".

Ao relembrarmos esses detalhes do que representava Blumenau no campo do ensino em 1950, é interessante apresentarmos aqui o confronto do que representa a nossa cidade, hoje, com cerca de 135 mil habitantes e o número da população estudantil. Vejamos, pois, a situação atual, de acordo com estatística que nos foi fornecida pela Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal:

Escolas de primeira a quarta série: 64

Alunos de primeira a quarta série: 12.980

Escolas de quinta a oitava série: 35

Alunos de quinta a oitava série: 10.191

Escolas do Segundo Grau, existem cinco, com os cursos:

Científico, com 3.880 alunos; Contador, com 720 alunos; Secretariado, com 150 alunos; Magistério, com 360 alunos e Assistente de administração, com 185 alunos.

Supletivos: Primeiro grau, 630 alunos; Segundo grau, 214 alunos

Faculdades: 5 - Cursos: 15; Número de alunos: 3.850.

Total de Escolas de Primeiro grau — 99

Total de Escolas de Segundo grau: 5

Total de Faculdades devidamente reconhecidas: 5

Total da população estudantil, de acordo com as matrículas registradas em princípios de 1977: 33.160 estudantes, representando cerca de 25% da população do município.

A origem da denominação da localidade de Diamante

(José Gonçalves)

Quando eu atravessava a idade dos 7 aos 12 anos, vivendo na localidade de DIAMANTE, situada a pouco mais de 8 quilômetros de Warnow e 2 quilômetros antes de chegar-se, pela atual BR-470 ao acesso que leva a Rodeio, ouvi, não poucas vezes, relatos de um fato acontecido por volta de 1865 a 1870 e que deu origem aquela denominação à pequena localidade de que lá ainda existe.

Meu pai, que descendia, por parte de minha bisavó, de imigrantes belgas que povoaram a localidade de São Pedro de Alcântara e de portugueses por parte de meu bisavô, comentava conosco, seus filhos, muito amiúde, em torno do que seus antepassados narravam.

Diziam que, nos primórdios da colonização daquela região, partindo da localidade de Rio Morto, situada uns três quilômetros abaixo, estabeleceram-se alguns colonos descendentes de portugueses dos Açores. Essas famílias viviam, um pouco do produto de lavoura e em parte, talvez a maior dela, da caça e da pesca. Aliás, nos registros de estatística procedida em maio de 1871 pelo Padre Guilherme Antonio Maria Romer, que então dava assistência religiosa em Blumenau, as famílias católicas da Colonia eram diversas e as que residiam na localidade de Rio Morto, eram: Basílio Corrêa de Negredo, onde o Padre costumava pousar; Manoel Salvador do Nascimento mais conhecido por Maneco Salvador), A-

dolfo Pereira, Antonio da Costa, José Pereira, Manuel Carvalho, João Antonio da Costa, José Antonio dos Santos Filho, José Antonio dos Santos, Martinho dos Santos, Olivério Ramos, Francisco de Souza, Antonio Machado, Rosa de Jesus, Manuel dos Santos, Machado de Maciel, João dos Santos, Pedro Machado, Nicoletto Vieira, José da Silva, José Rodrigues, Francisco Vieira de Ramos, João Francisco da Silva, José Marcelino da Silva, José Jacinto Raimonão, Henrique do Nascimento, Rosa da Conceição, Joaquim da Silva, Francisco José da Silva, Joaquim da Silva Filho, José Joaquim da Silva, Antonio de Raimonão, Patrício Corrêa de Negredo, Marcelino Henrique do Nascimento e Pedro José d'Alcantara.

Essas pessoas compunham, portanto, as famílias que residiam na citada localidade. E foi dentre essas pessoas que saíram os dois pescadores que foram protagonistas de uma aventura, da qual resultou a denominação. O acontecido com os dois pescadores era narrado da seguinte forma:

"Uma certa noite de verão, lua cheia, dois membros daquelas famílias, dois compadres, resolveram subir o rio, transportando a canôa através de uma itoupava existente nas proximidades do Rio Morto e foram remando, remando, até atingir, uns três quilômetros acima, um grande raso situado entre a margem direita do rio e uma ilha de regular tama-

nho, hoje conhecida como a Ilha do Diamante.

Ao atingir aquele raso, local apropriado para a pesca com tarrafa e no qual proliferava especialmente a espécie conhecida por "cascudo", passaram a tarrafear.

Os dois compadres haviam pescado bastante e a lua iluminava bem. Junto com os peixes que iam recolhendo para a canôa, apareceu, entre outras, uma pedra muito lisa e que até parecia brilhar um pouco. Seu tamanho era mais ou menos idêntico ao de um ovo de peru e tinha o formato oval.

Tão logo terminaram a pescaria, por volta das 24 horas, rumaram rio abaixo, de retorno à casa, com boa quantidade de peixe na canoa. Um dos pescadores remava e o outro ocupava-se com a tarefa de retirar água da canôa e livra-la inclusive de algumas pequenas pedras, folhas, raízes, que haviam sido apanhados com a tarrafa. Estava quase concluindo essa tarefa, quando apanhou a tal pedra muito lisa e de um colorido marrom-escuro. Segurando a pedra na mão, ele disse para o seu companheiro: — "Compadre, o que vamos fazer com essa pedra? Você a quer para si?" — Ao que o outro respondeu: "Essa pedra é igual a tantas outras, portanto de nada me serve. Se o compadre também não a quizer, jogue-a fora".

Foi o que o outro fez.

Nessa altura, eles já estavam bastante afastados do baixio e a profundidade do rio variava ali entre 4 a 5 metros.

Ao lancar a pedra ao rio, esta tão logo bateu na água, despre-

endeu um brilho extraordinário e foi clareando toda a água em direção ao fundo. Os dois ficaram impressionados com o que viam. Pararam a canôa e, como que obedecendo a um comando telepático, o que não estava remando apanhou a tarrafa e começou a lança-la em direção à pedra que ainda transmitia claridade quando a primeira tarrafada foi dada.

Mas qual. Apesar de haverem permanecido até a madrugada lançando dezenas de vezes a tarrafa no mesmo local em que a pedra fora lançada, nada mais conseguiram.

Concluíram que a pedra era um diamante. Era algo fantástico. Uma verdadeira fortuna que eles tão impensadamente haviam jogado fora.

Afinal, cansados de uma busca inútil, regressaram para casa e relataram o acontecido. E então todos ficaram sabendo que, naquele rio, pouco abaixo da ilha, havia um diamante de grande valor e que talvez muitos outros ainda deveriam existir por ali.

Por isso mesmo, desde aquele momento, a ilha ficou sendo conhecida e, portanto, denominada de Ilha do Diamante. E hoje, toda a localidade situada nas proximidades da ilha, ainda é conhecida por **DIAMANTE**.

Os anos que se seguiram àquele acontecimento, não fizeram nenhuma referência sobre se alguém mais conseguiu encontrar qualquer outra pedra preciosa. Tudo ficou restrito à história narrada pelos dois compadres pescadores.

Subsídios à Crônica de Blumenau

Por: Frederico Kilian

Folheando antigos exemplares do jornal local "Blumenauer Zeitung" deparamos com notas sobre fatos ocorridos na Colônia, que, por julgarmos serem de interesse de muitos leitores de "Blumenau em Cadernos" e ainda por enquadrar-se no programa da Fundação "Casa Dr. Blumenau" onde um de seus objetivos é "promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município", trazemos a seguir à publicação nas páginas de "Blumenau em Cadernos".

NOTAS LOCAIS: Blumenauer Zeitung Vol. 5 de fevereiro 1889 a Dez. 1890. n.º. 11 — 11.3.1889: Bugres: Parece que os bugres neste ano tomaram em mira as propriedades dos colonos italianos, pois já ha meses se mostram na colônia São Pedrinho, onde constantemente molestam os moradores, furtando milho, abóboras e outros produtos, repetindo estas façanhas semanalmente, atirando flechas contra os que se encontram nas roças, mas sem os atingirem, o que parece fazem propositalmente, pois ha dias encurrallaram uma criança que estava sentada no chão, atirando flechas em redor da mesma, formando as flechas um circulo, cujo ponto central era justamente a criança. Entretanto, no começo desta semana, mudaram de tática, já que atacaram uma residencia de um colono italiano, demolindo totalmente o rancho e levando consigo tudo quanto encontraram dentro da casa. O Chefe da Comissão de Terras, Dr. Paula Ramos comunicou o fato ao governo, solicitando providências a respeito.

TELEGRAMA: Finalmente a Colônia de Blumenau, em breve verá realizada uma de suas maiores e prementes reivindicações, a sua integração ao sistema de comunicação com o exterior, mediante a construção de uma linha telegráfica. No início deste mês foi endereçado à S. Excia. o Sr. Ministro da Agricultura uma mensagem telegráfica em que, em nome da população de Blumenau, os Srs. Dr. Cunha, Costa Moreira, Paula Ramos, Flores, Baumgarten, Sachtleben, Probst e Salinger, solicitavam a construção de uma linha telegráfica entre Itajaí e Blumenau. Em resposta a este pedido, foi recebido no dia 9 de Março um telegrama enviado àquela comissão, do seguinte teor: Ordenei a construção de uma linha telegráfica entre Blumenau e Itajaí, atendendo, assim, o pedido de VV.SS. contido em seu telegrama em nome das classes da agricultura, comercio, indústria, órgãos judiciais e funcionários desta comuna. (ass) RODRIGO SILVA.

(Blumenauer Zeitung — Vol. 5, de Fevereiro 1889 a Dezembro 1890)

Nº. 11 — de 16.3.1889: EDITAL — De ordem do Ilmo. Sr. Engenheiro Chefe da Comissão de Terras e Colonização de Blumenau, faço público que no escritório da mesma Comissão recebe-se propostas, em carta fechada, até o dia 26 deste mes, para o serviço de recepção de imigrantes nesta ex-colônia, durante o exercício corrente, sob as seguintes cláusulas:

1º. — O Contratante fica obrigado a agasalhar e a alimentar os imigrantes que chegarem a esta localidade, recebendo-os a bordo dos vapores ou outras embarcações que os transportarem e conduzindo-os à hospedaria que deverá estar sempre limpa e em boas condições higiênicas.

2º. — O contratante fica obrigado a fornecer tres refeições por dia aos imigrantes, empregando nelas generos de superior qualidade. Essas refeições deverão ser abundantes e constarão de café, pão, manteiga, leite, ovos, carne fresca e salgada, arroz e frutas.

3º. — Fica o contratante obrigado a transportar os imigrantes e suas respectivas bagagens da hospedaria até a linha colonial, em que tiverem de ser localizados. Nesse serviço empregará carretas apropriadas, que possam transportar 750 kilogramas.

4º. — O contratante ficará responsável por qualquer acidente que se der no transporte dos imigrantes, devido às más condições do material empregado ou imperícia dos condutores.

5º. — A concorrência versará sôbre o preço da alimentação de cada imigrante de 3 a 10 anos, e maior de 10 anos, e sôbre o preço do transporte por kilômetro em uma carreta.

6º. — Nos contratos serão estabelecidas multas de 10\$000 a 50\$000 rs. para o caso do contratante não cumprir as condições estipuladas.

7º. — Cada proposta será garantida por um depósito de 20\$000 rs., feito na Coletoria desta Vila ou na Tesouraria da Fazenda.

Escritório da Comissão de Terras e Colonização de Blumenau, 13 de Março de 1889.

O Escriurário
Benjamin Carvalho d'Oliveira

"BLUMENAU EM CADERNOS"

Nas publicações, — jornais, revistas, periódicos em geral — conforme determinação da própria profissão, a partir de hoje o nosso colega jornalista Honorato Tomelin, que é o vice-presidente do

Conselho Curador desta Fundação, aparece na direção de BLUMENAU EM CADERNOS.

Ao nosso novo colaborador os nossos cumprimentos.

O espírito religioso da colônia italiana em Blumenau

— José E. Finardi —

1 — INTRODUÇÃO:

Os pioneiros da colonização italiana em Blumenau eram compactamente de credo católico. Provindos das montanhas e dos "paeselli" do Norte da Itália, não haviam sofrido as influências do liberalismo agnóstico e anti-clerical que fora manejado como arma para realizar a Unificação Italiana e correspondente supressão dos Estados Pontifícios.

Mantinhm ainda a piedade simples e ingênua de uma população rural aglomerada em torno das Igrejas paroquiais, onde cultivavam suas devoções mariais e ouviam a pregação do sacerdote. E foi em torno do altar de sua igreja que receberam as últimas recomendações do seu pároco, rumo ao desconhecido.

Aqui chegados, atirados à solidão aplastante da floresta virgem, nos lotes onde se estabeleceram, a religião surgiu como um sustentáculo, o refúgio salvítico e a fonte de energia para a luta.

Iniciando o desmatamento e a queimada, construíram miseráveis choupanas para si e para suas famílias e à noite, fatigados pelo trabalho estafante do dia, se reuniam com a família e rezavam. Conscientes de sua limitação e de seu abandono injusto, contactavam com Deus através suas devoções herdadas do passado e sugadas com o leite materno.

Guardando a mais possível vizinhança com os companheiros de imigração para se estimular mutuamente, mutuamente também providenciaram a construção de rústicas capelinhas de palmitos, dando-lhes como patrono, o san-

to de seu "paesello" natal, apagando, assim, a saudade que deles sentiam. Nelas eram entronizadas imagens ou quadros, eventualmente trazidos pelos pioneiros da Itália.

Entretanto, como nem todos eram provenientes do mesmo lugarejo, a escolha do local e do patrono, não raro, terminava em luta ou na construção de duas capelas e algumas vezes dedicadas a dois ou mais patronos.

A capela era sempre obra da comunidade e se constituia não só lugar de culto, como de centro social, comercial e sinal de progresso e prestígio da região. É que o culto ensejava os encontros e estes promoviam o grupo social.

Ao construir essas primitivas capelas, mais tarde substituídas por outras, maiores, de madeira, com táboas serradas à mão, os pioneiros logo escolhiam um deles para exercer a função de "capelão com a incumbência de "puxar as rezas, rosários e ladainhas" e preparar as crianças para a 1ª comunhão, quando das visitas que eram feitas pelos sacerdotes que passaram a atender os pioneiros, já nos primeiros meses de seu estabelecimento.

A escolha era mais frequente feita entre os que haviam pertencido ao Coral na Itália, ou que exerciam uma liderança natural para a coordenação da comunidade no culto e no encontro social.

Além do "capelão", eram designados seis ou mais "friqueiros", responsáveis por obras e iniciativas comunitárias de cada Igreja e Capela e ainda pela festa da "Sagra", dedicada ao Santo Padroeiro.

O DIA DO IMIGRANTE

NA PALAVRA DO PREFEITO DE BLUMENAU

Discursando na homenagem prestada ao Imigrante, dia 25 último, o prefeito Renato de Mello Viana disse que "o dia do Imigrante para nós blumenauenses, se constitui numa das datas mais gratas do calendário de fatos históricos e sociais. É que o imigrante do velho continente trouxe para a nova terra a decisão de luta e a paixão de conquista". "Os 17 primeiros Imigrantes que aqui fincaram as primeiras estacas", - continuou Vianna —, "construindo os primeiros templos e moradias, não supunham talvez que a agressividade da terra iria lhes exigir redobrado espírito de luta. A topografia agreste e irregular contrastava com a afirmação de outras plagas deste Brasil".

Lembrou o Prefeito de Blumenau que "o homem do campo teve que se infiltrar mato a dentro, procurando nortear-se pelo Rio Itajaí-Açu e seus afluentes, dedicando-se com suas mãos gretadas ao incansável trabalho de amanho e cultura da terra".

"A história de Blumenau", - afirmou Renato Vianna —, "ilustra a decisiva participação do Imigrante no processo de desenvolvimento do município, pois já em 19 de julho de 1863, portanto há 114 anos, era fundada a "Kulturverein" — Sociedade de Cultura —, através de um movimento de alguns colonos. Essa sociedade, segundo o saudoso professor José Ferreira da Silva, que por longos anos se manteve ativa e eficiente, até mesmo após a emancipação da Colônia, reunia-se mensalmente

e de sua atuação advieram incontestáveis e valiosos benefícios à comunidade. Foi por intermédio dela que se estabeleceu no município o cultivo de variados produtos que melhoraram os métodos agrícolas, as condições dos rebanhos leiteiros e promoveram-se as exposições dos produtos e atividades coloniais, tanto no território do Império, quanto no exterior, como de fato foi o caso das exposições mundiais de Paris — (1817) — e as de Berlin".

Continuando, o prefeito Renato Vianna focalizou outros pontos da história do município e a participação do Imigrante, revelando que "aos primeiros 17 Imigrantes, provenientes em 1850, da Alemanha, comandados por Hermann Blumenau, somaram-se outros: — italianos, austríacos, belgas, poloneses e outros que "traziam nos músculos a força do trabalho e na inteligência as bases sólidas de uma cultura desenvolvida e avantajada".

Vianna disse também que "ao fazermos um retrospecto histórico, avaliamos hoje, com serenidade, os inestimáveis serviços prestados pelo Imigrante a Blumenau" e concluiu: "vencidos os flagelos naturais, aqui construíram sua nova pátria, submetendo-se aos princípios da soberania nacional, acelerando o processo de desenvolvimento cultural, social e econômico desta região".

A homenagem ao Imigrante na Praça Hercílio Luz, contou com a presença de várias autoridades do município.

“Minha estada na Colônia Da. Francisca”

(Elly Herkenhoff)

I — No ano passado, por ocasião das festividades comemorativas do 125º aniversário de nossa cidade, chamou a atenção, tanto de joinvillenses como de turistas, que então nos visitaram, a exposição de documentos históricos, organizada com muita perícia e muito carinho pelo Sr. Adolfo Bernardo Schneider, então Diretor do Arquivo Histórico Municipal. Entre os documentos expostos havia vários de inestimável valor, como é o caso de um trabalho escrito por um amigo de Eduard Schroeder e publicado a 26 de dezembro de 1851 no jornal “Hamburger Nachrichten” (Notícias Hamburguesas), editado em Hamburgo. Eduard Schroeder era filho do senador Christian Mathias Schroeder, presidente da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, que já em 1850, havia mandado para as terras do Príncipe de Joinville o engenheiro Hermann Guenther, incumbindo-o de tomar todas as providências necessárias para a recepção da primeira leva de imigrantes embarcaram em Hamburgo nos primeiros dias do ano de 1851. No entanto, em janeiro daquele mesmo ano, Eduard Schroeder que se achava a negócios no Rio de Janeiro, resolveu vir até o local em que seria estabelecida a nova colônia e, decepcionado com a falta de zelo do engenheiro Guenther, viu-se forçado a demiti-lo, tomando a si as rédeas da empresa, segundo um dos nossos primeiros cronistas, o Capitão

Theodor Rodowicz, Oswiecinsky, que chegou em setembro de 1851, voltando no ano seguinte para a Alemanha, onde em 1853 publicou o seu livro “Die Kolonie Dona Francisca in Suedbrasilien”. À página 28 de sua preciosíssima obra, Rodowicz esclarece os motivos da demissão do engenheiro. Teria sido a incapacidade total para o cargo que lhe fora confiado, demonstrada pelas providências insuficientes e pelos gastos excessivamente elevados.

Eduard Schroeder veio acompanhado de um amigo, o Dr. H. Koestlin, que aqui passou 7 semanas, até fins de março, quando regressou para a Alemanha. É ele o autor do mencionado trabalho, publicado no “Hamburger Nachrichten”, sob o título “Minha Estada na Colônia Dona Francisca” — o primeiro e único testemunho a nós transmitido, da chegada dos primeiros imigrantes e dos dias que precederam e sucederam a fundação oficial de Joinville. Todo o extenso relato, escrito no intuito indisfarçável de apresentar ao leitor alemão a imagem de um empreendimento bem sucedido e sob todos os aspectos feliz e promissor, denota um aguçado espírito de observação, aliado à natural curiosidade do “Neudeutscher” — (recém-chegado alemão), diante das contingências multifaces e das experiências vividas no ambiente exótico de um novo mundo. Longe de ser monótona ou cansativa, a minuciosa descrição,

quer pelo contexto quer pelo estilo, saborosamente desatualizado e deliciosamente irônico — irreverente por vezes e misturado a um quê de malícia — exerce sobre o leitor de hoje, sobretudo o leitor joinvillense, um fascínio estranho, inesquecível, duradouro.

"Conforme posso deduzir de suas cartas", escreve H. Koestlin ao diretor do jornal, "o Sr. deseja de mim algumas considerações referentes à colônia Dona Francisca e é com grande satisfação que venho aceder ao seu pedido. No entanto, já faz algum tempo que deixei a colônia, a qual, desde então, progrediu extraordinariamente. Além disso, afazeres diversos me impedem de aproveitar as minhas anotações como eu gostaria de fazê-lo. Mas, tudo que afirmo, eu presenciei realmente e isto é o que importa. Aproveite, pois, o que lhe ofereço, se puder aproveitá-lo. É uma pequena parcela da história primitiva da colônia".

E passa o autor a relatar:

"Foi no dia 28 de janeiro de 1851 que chegamos, o sr. Eduard Schroeder e eu, pelo patacho 'Pereira' a São Francisco, provenientes do Rio. A viagem durou oito dias e já no dia 25 avistamos a barra de Paranaguá e à tarde do dia 26 teríamos entrado na barra de S. Francisco, se um temporal não nos tivesse rechassado por duas vezes, arremessando-nos novamente para o alto mar.

A cidade de S. Francisco dá ótima impressão. É pequenina, mas a sua situação junto a larga baía, rodeada de montanhas verdejantes, a sua igreja alta e branca, a extensa rua ao longo da praia, os pomares com as suas

bananeiras e laranjeiras, as embarcações no porto e a cadeia de montanhas no continente — tudo isto oferece um aspecto dos mais agradáveis. Os primeiros colonos mostraram-se encantados e, apesar da chuva, fizeram questão de tomar os barcos, para alcançarem o quanto antes a cidade e a colônia. Existem na cidade muitas casas comerciais e um mercado de carnes, como em toda cidade brasileira, quando centro de uma região.

Bem defronte da cidade localiza-se a fértil zona do Saí, onde existiu a colônia francesa do Dr. Mure. A colônia foi por água abaixo e apenas 5 colonos da malograda experiência continuam nas redondezas: dois marceneiros, um médico e dois jardineiros. Ela não podia deixar de fracassar, pois o que Mure pretendia, era fundar um falanstério, tendo para tal fim arregimentado nas ruas de Paris, abades, mecânicos, ebanistas, sapateiros, comissários — gente apta para a lavoura assim como o parisiense proverbialmente se presta a marinho. E a lavoura, de mais a mais, era como que interdita. Apenas máquinas seriam construídas e no entanto não existia nenhum lugar para aproveitá-las...".

É interessante confrontar aqui o texto do nosso cronista Koestlin com os dizeres do Dr. Hermann Blumenau, fundador da cidade do mesmo nome, em seu livro 'Suedbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation' (O Brasil Meridional com Relação à Emigração e Colonização Alemã). Livro este publicado em 1850, quando o grande colonizador se

encontrava na Alemanha, onde, segundo J. Ferreira da Silva, "desenvolveu intensa atividade, não apenas aliciando gente para o estabelecimento, mas agindo com insistência junto às autoridades no sentido de captar as simpatias e a benevolência das mesmas para

a emigração de alemães para o Brasil, que sofria fortes restrições, além da campanha de descrédito movida por agentes de outros países interessados em receber colonos da Alemanha".

(Continua)

A opinião dos que nos visitam

A partir deste número, estaremos apresentando alguns pronunciamentos, registrados em nosso livro de presença localizado no Museu da Família Colonial e no qual os visitantes têm o direito e a liberdade de deixar registrada a impressão tida na visita, tanto ao Museu quanto à Biblioteca e ao Parque Botânico "Edith Gaertner" com o pequeno zoológico.

Eis algumas das muitas considerações registradas:

De uma visitante argentina: "Felicitaciones a un pueblo que sabe guardar un recuerdo tan avivo de su pasado. B. Aires 23/7 - A.G."

Da visitante Arlinda Souza, de São Luiz do Maranhão: — "Todo o Brasil deveria ter recebido colonos alemães, e assim todo o país teria avançado mais e seria culturalmente superior. Congratulações ao povo alemão pelo avanço e densidade cultural em todas as épocas e todas as terras".

Das jovens visitantes Jane e Rusy Sandres, de São Paulo: — "E animador verificar que ainda conservamos uma imagem do passado como a que tivemos nessa casa".

Da visitante Cecilia Sigaud, de São Paulo: — "Para o conhecimento de um passado é necessário que sejam conservadas casas como esta. Adorei a cidade pelo pouco que conheci e o museu também".

Do sr. Cesar Augusto Germano Sigaud, de S. Paulo: "Nós, brasileiros, temos pouco zelo pelas coisas e fatos do nosso passado, e é reconfortante quando temos oportunidade de presenciar o carinho com que alguns dos nossos irmãos cuidam das nossas recordações. Parabéns! — Um paulista entusiasmado".

Do Professor Jardro Alcantara Avellar, professor de Geografia e História do Rio de Janeiro: "Excelente, realçando além do acervo esplêndido o calor humano de toda a equipe e do Diretor José Gonçalves, a quem prometemos, de nossa parte, como membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, prestar todo apoio e colaboração pelo menos individual".

FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Instituída pela Lei Municipal Nº. 1835, de 7 de abril de 1972

Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº. 2028 de 4/9/74

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425

89100 B L U M E N A U

Santa Catarina

Instituição de fins exclusivamente culturais

São objetivos da Fundação:

Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município;

Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;

Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional;

Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;

Criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;

Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;

A Fundação realizará os seus objetivos através da manutenção das bibliotecas e museus, de instalação e manutenção de novas unidades culturais de todos os tipos ligados a esses objetivos, bem como através da realização de cursos, palestras, exposições, estudos, pesquisas e publicações

A Fundação "Casa Dr. Blumenau", mantém:

Biblioteca Municipal "Dr. Fritz Müller"

Arquivo Histórico

Museu da Família Colonial

Horto Florestal "Edite Gaertner"

Edita a revista "BLUMENAU EM CADERNOS"

Tipografia e Encadernação

(exclusivamente para serviços internos)

Conselho Curador: *Contabilista Elimar Baumgarten - presidente*
Jornalista Honorato Tomelim - vice-presidente

Membros: *Jornalista Altair Carlos Pimpão - Prof. Antônio Boing Nelo -*
Comerciante Arno Letzow - Advogado Beno Frederico Weiers -
Repres. Comercial Heinz Hartmann - Prof. Nelo Osti - Prof.
Olívio Pedron - Repres. Comercial Otto Laczynski e Industrial Rolf Ehlke

Diretor Executivo: *Escritor José Gonçalves*

A CADA ESTAÇÃO, UM NOVO SUCESSO.



As malhas Hering, leves e macias, dão liberdade de movimentos no verão.

Afastam o tédio e a tristeza nos dias outonais.

De puro algodão com fio penteado, aquecem carinhosamente no inverno.

Como a primavera, são coloridas e alegres.

Passa o ano todo com MALHAS HERING.